manchete

Diário Notícias	Periodicidade:	Diario	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	1393 cm²
24-01-2007	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	79040	Página (s):	1/4/5

Nacional 4 e 5

Procurador manda investigar voos da CIA

Diário Notícias

Sentenças de Torres Novas contradizem-se nos factos

Manchete, 1996-2007 | Manchete e Netpress são marcas registadas da Manchete, SA

manchete

Diário Notícias	Periodicidade:	Diario	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	1393 cm²
24-01-2007	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	79040	Página (s):	1/4/5

Relatório europeu reforça críticas a Portugal

Depois de cerca de um ano de trabalho, os eurodeputados da comissão liderada por Carlos Coelho aprovaram ontem as conclusões da investigação aos voos da CIA em território europeu. O documento final, que ainda tem de ser aprovado em sessão plenária do Parlamento Europeu, alargou consideravelmente as críticas ao comportamento português

Ⓣ **Fernando de Sousa** Bruxelas

O eurodeputado Carlos Coelho considera as actuações do Governo português e da sua colega eurodeputada Ana Gomes responsáveis pelo destaque excessivo de Portugal no relatório sobre os voos da CIA, ontem aprovado pela comissão parlamentar a que preside.

O relatório, que ainda será sujeito a uma votação final na sessão plenária do Parlamento Europeu, em Fevereiro, aprecia o grau de eventual envolvimento, ou o conhecimento, por parte de governos ou instituições, de voos ilegais da CIA para o transporte de prisioneiros para países terceiros onde poderiam ser sujeitos a tortura.

O documento aprovado, após a votação de cerca de 500 emendas sobre toda a actuação europeia, mostra "grave preocupação" com a existência de cerca de uma centena de escalas de aviões da CIA em Portugal. O relatório acolhe positivamente a reunião, em Lisboa, com o ministro dos Negócios Estrangeiros, mas "lamenta que as autoridades portuguesas não tenham podido ou tenham sido relutantes em responder a todas as questões invocadas". Também se "deplora o facto de os antigos ministros da Defesa Paulo Portas e da Administração Interna Figueiredo Lopes terem declinado um convite para se encontrarem com a delegação desta comissão". Uma emenda que incluía a referência a Durão Barroso, na altura em que era primeiro-ministro, acabou por não ser aprovada, embora se sublinhe a existência de voos ilegais durante o seu Governo, num período que se estende desde 2002, quando António Guterres deixou de ser primeiro-ministro, até 2006.

A parte referente a Portugal viu-se ampliada de dois para sete pontos, numa visibilidade que não corresponde directamente ao grau de qualquer alegação de potencial envolvimento, conhecimento ou conivência com tais actos, em comparação com a apreciação de outros países europeus.

Carlos Coelho reconhece que "houve algumas circunstâncias que levaram a criar uma grande atenção mediática para Portugal, que sobrevalorizou, no relatório, o espaço que é dedicado ao nosso país".

Para o presidente desta comissão parlamentar, um dos responsáveis para este destaque foi o "Governo português que, numa primeira fase, não colaborou com a comissão temporária, e permitiu que se gerassem e alimentassem suspeições. Isso veio, mais tarde, a ser corrigido, numa segunda fase em que o Governo português passou a colaborar de uma forma que tive a oportunidade de sublinhar".

Outra responsabilidade para esta circunstância, segundo Carlos Coelho, prendeu-se com a actuação da eurodeputada Ana Gomes, membro desta comissão parlamentar, que tem mostrado uma postura crítica em relação ao Governo português. Sem mencionar expressamente a socialista Ana Gomes, Carlos Coelho admitiu "que algumas iniciativas individuais de deputados tenham contribuído para dar uma atenção mediática excessiva ao caso português mas, como presidente da comissão parlamentar, não estou aqui para analisar estilos individuais de deputados. Cada um terá o seu. Mas admito que alguns desses estilos possam ter repercussão política".

Ana Gomes critica

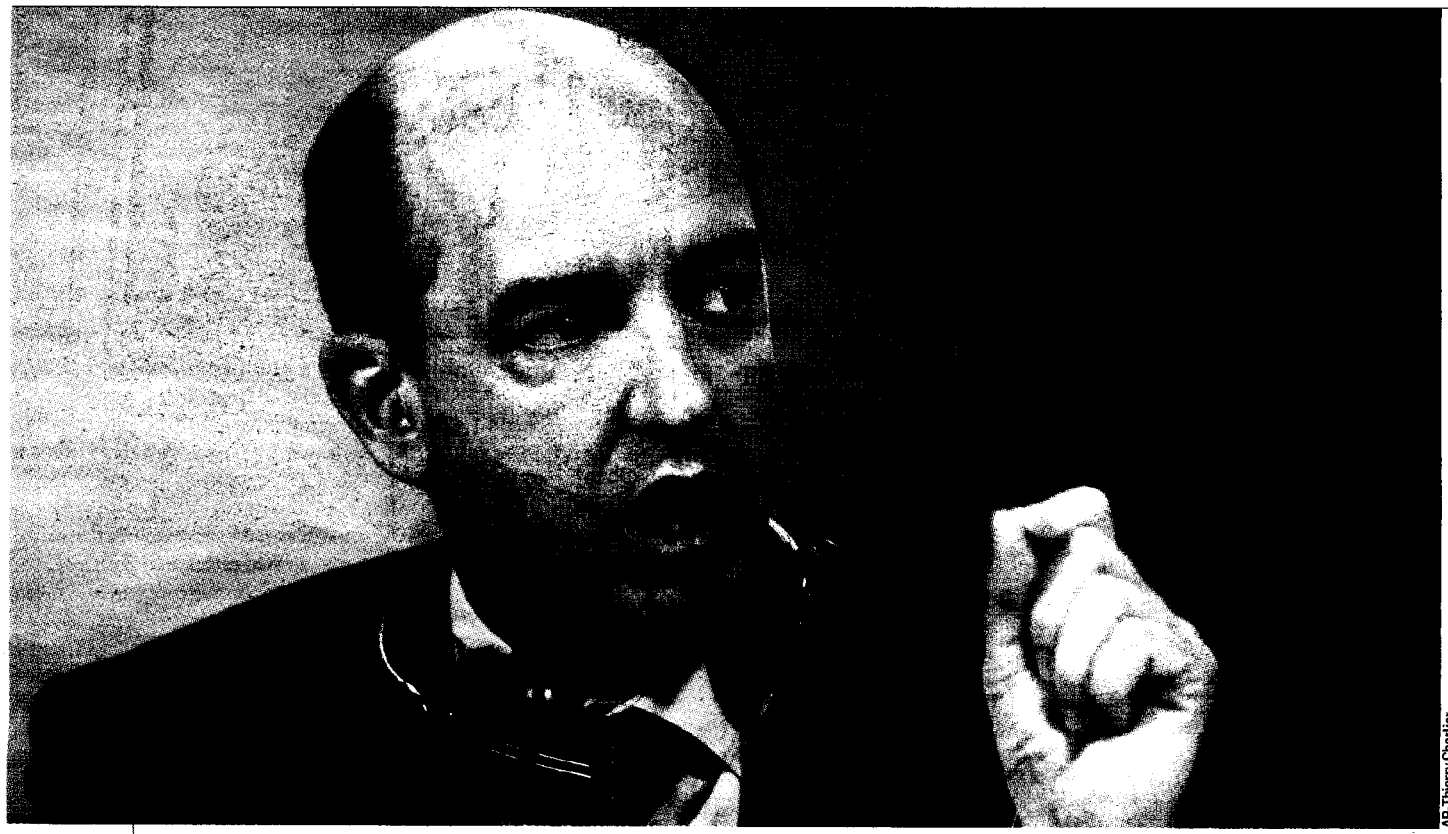
Ana Gomes manteve as suas críticas ao Governo, indicando que a "colaboração exemplar" que pretendia ver "não foi possível por causa da maneira como o ministro dos Negócios Estrangeiros, nesta última fase, entendeu conduzir o processo. É o único ministro que está a fazer declarações, a considerar que aprovar voos para Guantánamo é normal. Não há mais ninguém que faça uma declaração dessas". Ana Gomes considerou "particularmente embaraçoso, para mim, como deputada portuguesa, verificar, a partir de certa altura, ... pouco tempo antes da visita da delegação a Portugal, uma inversão da atitude, uma obstrução e uma crítica à própria comissão parlamentar, negando tudo o que era inegável e que resulta dos documentos que nós temos".

A eurodeputada também invocou "a forma como o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros lidou com a própria delegação em Portugal, a maneira como a delegação foi mal recebida na Assembleia da República" como condições que "agravaram a percepção em relação a Portugal".

Manchete, 1996-2007 | Manchete e Netpress são marcas registadas da Manchete, SA

manchete

Diário Notícias	Periodicidade:	Diario	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	1393 cm²
24-01-2007	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	79040	Página (s):	1/4/5



AP-Thierry Charlier

Declarações | Carlos Coelho considerou exagerado o destaque dado a Portugal no relatório final e responsabilizou Ana Gomes pelo sucedido

Referência crítica a Durão Barroso quando era primeiro-ministro acabou por não ser aprovada ontem pelos eurodeputados

A socialista Ana Gomes, responsável por algumas emendas ao texto, continua a criticar o ministro Luís Amado

Manchete, 1996-2007 | Manchete e Netpress são marcas registadas da Manchete, SA

manchete

Diário Notícias	Periodicidade:	Diario	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	1393 cm²
24-01-2007	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	79040	Página (s):	1/4/5

Referências a Portugal no relatório

Escalas "Grave preocupação" com 91 escalas de aviões ao serviço da CIA em aeroportos portugueses, em operações ligadas a entregas extraordinárias. Bem como o reconhecimento de mais 17 escalas, nas Lajes e Santa Maria, entre 11 de Janeiro de 2002 e 24 de Junho de 2006.

Portas Foi deplorado que Paulo Portas e Figueiredo Lopes, antigos ministros da Defesa e da Administração Interna, tenham declinado o convite para deporem perante a comissão em Lisboa.

Falta de respostas Acolhimento positivo do encontro, em Lisboa, com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, mas lamentando-se que as autoridades portuguesas não tenham podido, ou se tenham mostrado relutantes, na resposta a todas as questões colocadas.

Governo Positiva a instituição de um grupo de trabalho interministerial para analisar a situação.

Regulamento Positiva a entrada em vigor, a 13 de Outubro de 2006, de um regulamento a estipular que as listas de passageiros e de tripulantes, em voos privados, sejam submetidas às autoridades fronteiriças portuguesas.

Pedido Foi solicitado às autoridades portuguesas que investiguem o caso de Abdurahman Khadr, levado num avião de Guantánamo para Tuzla, na Bósnia-Herzegovina, com escala em Santa Maria (Açores), a 7 de Novembro de 2003, para avaliar se há lugar a compensação por violação dos direitos humanos. E ainda que sejam analisados e investigados casos idênticos de outras possíveis vítimas transportadas via Portugal.

Manchete, 1996-2007 | Manchete e Netpress são marcas registadas da Manchete, SA

manchete

Diário Notícias	Periodicidade:	Diario	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	1393 cm²
24-01-2007	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	79040	Página (s):	1/4/5

PGR recebe Ana Gomes e encaminha caso para investigação

João Pedro Henriques

O procurador-geral da República (PGR), Fernando Pinto Monteiro, vai receber a eurodeputada socialista Ana Gomes na próxima sexta-feira. A audiência foi ontem anunciada no *site* da Procuradoria-Geral (www.pgr.pt).

Na agenda da reunião está, evidentemente, o caso dos voos da CIA. Ana Gomes foi desafiada recentemente por um camarada seu do PS, José Lello (secretário das Relações Internacionais) a apresentar queixa ao Ministério Público sobre o caso dos voos da CIA. Na resposta, Ana Gomes disse que até seria capaz de o fazer, após a Comissão Temporária do Parlamento Europeu (PE) concluir os seus trabalhos, o que aconteceu ontem. Confirma-se agora a promessa da eurodeputada.

Enquanto isto, o PGR decidiu enviar para o DCIAP (Departamento Central de Investigação e Acção Penal) um documento que lhe foi entregue em mão na semana passada pelo jornalista da *Visão* Rui Costa Pinto. Nessa carta, o jornalista, que foi recebido por Pinto Monteiro um dia depois de ter regressado de uma reportagem nos Açores sobre os voos da CIA, dava conta de factos que, em seu entender, colocavam em risco a segurança das suas fontes.

Os documentos que a eurodeputada Ana Gomes entregar ao procurador-geral serão depois encaminhados para o DCIAP

Segundo fonte do gabinete do procurador-geral, este fez encaminhar o documento que lhe foi entregue pelo jornalista para o DCIAP. Aliás, de acordo a mesma fonte, doravante toda a informação que chegar à procuradoria sobre este assunto será também encaminhada para o mesmo departamento. Isso poderá acontecer, por exemplo, com as informações que Ana Gomes entender prestar na audiência do próximo dia 26. A eurodeputada deverá levar ao PGR as conclusões apuradas pela Comissão Temporária do PE, bem como alguns documentos anexos. E ainda dar conta dos testemunhos segundo os quais teriam sido vistos na base das Lajes prisioneiros "agrilhoados".

No sábado passado, o *Expresso* citava duas testemunhas (que pediram o anonimato) confirmando o depoimento de Ana Gomes. Segundo a notícia, intitulada "Prisioneiros ilegais nas Lajes", essas duas testemunhas teriam visto "desembarque de detidos em circunstância muito suspeitas" em, "pelo menos, três ocasiões, entre 2004 e o final de 2006".

As testemunhas pediram reserva da identidade por recearem represálias contra si próprios ou familiares. "Eu não sei do que a CIA é capaz", disse um deles. ■

Paulo Spranger

Procuradoria | Ana Gomes disse estar disposta a apresentar queixa ao MP

Manchete, 1996-2007 | Manchete e Netpress são marcas registadas da Manchete, SA

manchete

Diário Notícias	Periodicidade:	Diario	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	1393 cm²
24-01-2007	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	79040	Página (s):	1/4/5

Críticas são "injustas" e acusações ofendem Estado

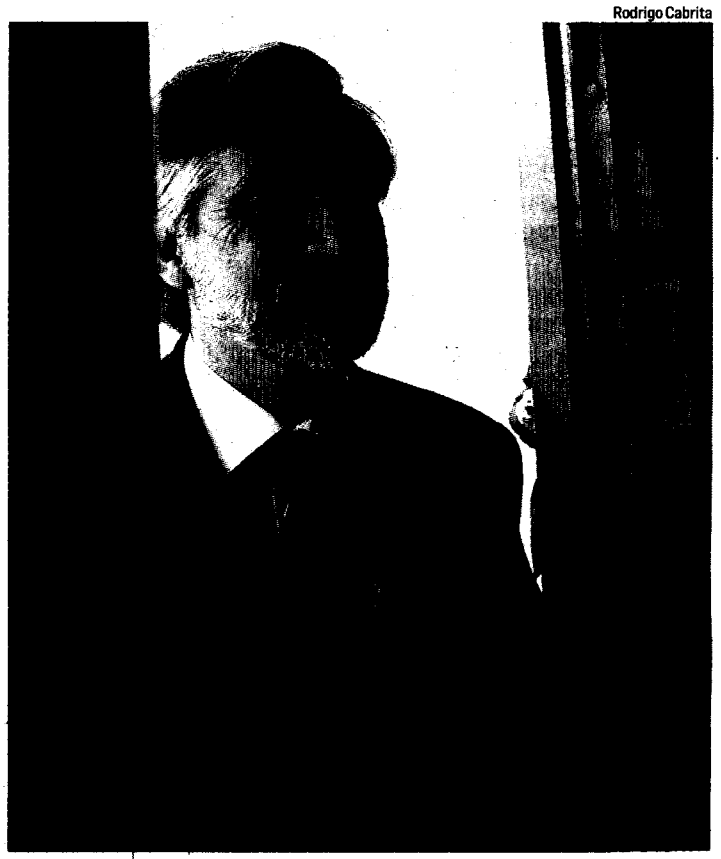
Ⓣ Hugo Bordeira
Londres

O ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros considera "injustas" as críticas apontadas pela Comissão do Parlamento Europeu à falta de cooperação das autoridades portuguesas na investigação dos voos da CIA. Falando na Embaixada de Portugal em Londres, após uma reunião com a homóloga do Reino Unido, Luís Amado sublinhou que "foi prestada toda a colaboração que era possível dar, pelo que é injusta qualquer referência desse tipo".

O responsável pela pasta externa diz que, até certo ponto, o documento reforça a posição de princípio que tem sido defendida pelo Executivo. "Até ao momento, não há nenhum indício de que tenha havido, da parte deste Governo ou de qualquer Governo anterior, qualquer cumplicidade em relação a eventuais ilegalidades cometidas em território português", afirmou. "Não há provas de que o actual Governo ou governos anteriores tenham tido conhecimento ou autorizado o transporte de prisioneiros para centros de detenção e tortura a partir de Portugal", acrescentou Luís Amado.

Já sobre as omissões apontadas pela comissão, o ministro relembra que esta é uma investigação minuciosa na qual o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) "assumiu um trabalho de coordenação das respostas dos serviços de diferentes ministérios sobre milhares de voos, que ocorreram ao longo de vários anos". Logo, "é natural que não tenha satisfeito todas as expectativas de alguns deputados, mas do ponto de vista do Governo foi prestada toda a colaboração que era possível".

Rodrigo Cabrita



Voos da CIA | Amado diz que "foi prestada toda a colaboração possível"

Quanto às palavras de Ana Gomes, que afirmou que as respostas do MNE àquela comissão foram "desastrosas" e que o ministro português "foi o único a dizer que aprovar voos para Guantánamo é normal", Amado diz que "as palavras cabem-lhe a ela". "Na data em que os voos se realizaram, Guantánamo era uma base militar. Hoje sabemos que é também um centro de detenção, que deve ser encerrado o mais depressa", disse.

Em Lisboa, o MNE produziu um comunicado em que afirma que "as acusações proferidas ao longo deste processo ofendem particularmente as responsabilidades do Estado português quanto à protecção dos princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa, do respeito

Manchete, 1996-2007 | Manchete e Netpress são marcas registadas da Manchete, SA

Diário Notícias	Periodicidade:	Diario	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	1393 cm²
24-01-2007	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	79040	Página (s):	1/4/5

dos direitos humanos e da salvaguarda do Estado de direito".

Para o MNE, "é essencial que se combata a desinformação em torno desta matéria, já que a mesma põe em causa a confiança e a credibilidade que deve merecer o normal funcionamento das instituições democráticas portuguesas".

Bloco de Esquerda chama MNE à Assembleia da República

O Bloco de Esquerda requereu ontem a presença no Parlamento do ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado. Num requerimento ontem divulgado, o BE explica a iniciativa: "Luís Amado sempre disse que só voltaria ao Parlamento para prestar esclarecimentos aos deputados quando fossem apresentados novos factos. Ora, tendo em conta a gravidade das emendas relativas a Portugal hoje aprovadas, o Bloco de Esquerda entende que o Governo não pode continuar a escamotear e a agir como se nada tivesse existido." Enquanto isto, em Bruxelas, Javier Solana, chefe da diplomacia europeia, respondeu às conclusões da Comissão Temporária, considerando, segundo a Lusa, que os países da UE "não recebem lições de ninguém" em matéria de direitos humanos. O alto representante da UE para a Política Externa e de Segurança Comum considerou que a cooperação com o Parlamento Europeu foi "construtiva e positiva". SF/JPH

Casos de sequestrados As histórias de Khaled El-Masri e Maher Arar

A Comissão Temporária do Parlamento Europeu (PE) confirmou no relatório final uma referência a Portugal, entre outras, dando conta de terem passado pelo território nacional aviões da CIA que, "noutras ocasiões", foram usados para extradições extrajudiciais de vários suspeitos de terrorismo. O relatório conta a história de alguns deles. Aliás, foi esse o seu trabalho essencial: reconstituir os passos de 18 homens, todos de origem muçulmana, que foram sujeitos a processos pela CIA, que o Parlamento Europeu tipificou como sendo de extradições extrajudiciais.

Um dos casos analisados foi o de Khaled El-Masri. Cidadão de nacionalidade alemã, Khaled partiu no final de 2003, alegadamente de férias, para Skopje, na Macedónia. Aí foi interceptado pela polícia de fronteiras e depois entregue aos serviços secretos macedónios. No início de 2004 é transferido para o Afeganistão e aí torturado. Quatro meses de-

Manchete, 1996-2007 | Manchete e Netpress são marcas registadas da Manchete, SA

manchete

Diário Notícias	Periodicidade:	Diario	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	1393 cm²
24-01-2007	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	79040	Página (s):	1/4/5

pois é devolvido à Europa, sendo libertado na Albânia. Segundo os documentos da comissão do PE, Angela Merkel afirmou em Dezembro de 2005 que os EUA lhe haviam reconhecido terem errado com Khaled. Na Alemanha há uma comissão parlamentar de inquérito para averiguar o envolvimento dos serviços secretos germânicos e de outras autoridades neste caso. Khaled depôs no Parlamento Europeu.

Há ainda o caso de Maher Arar, cidadão de nacionalidade canadiana que vive no Canadá desde 1987. Um dia, em Setembro de 2002, foi apanhado no Aeroporto Kennedy, Nova Iorque, numa escala de regresso ao Canadá. Vinha de umas férias na Tunísia. Foi acusado de pertencer à Al-Qaeda. Depois transferido para a Jordânia e depois para a Síria, seu país de origem. Aí foi preso e torturado. Dez meses depois libertaram-no e devolveram-no ao Canadá, onde vive em liberdade. Na deslocação a Washington, a comissão do PE ouviu um responsável do Departamento de Estado dos EUA dizer que o caso de Arar se tratara afinal de uma questão de imigração ilegal. Maher Arar foi ouvido pela comissão do Parlamento Europeu. JPH

Manchete, 1996-2007 | Manchete e Netpress são marcas registadas da Manchete, SA